



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

21  
22

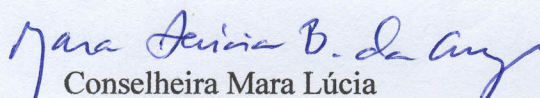
**RESOLUÇÃO Nº 12.941**

Processo : 201414037-00  
Origem : Câmara Municipal de Marituba  
Assunto : Consulta  
Responsável : A. C. Vicente Júnior Consultoria Administrativa  
Relator : Cons. Daniel Lavareda

*EMENTA: Câmara Municipal de Marituba. Consulta quanto à possibilidade de contratação de serviços jurídicos com inexigibilidade de licitação cujo objeto se trata de aquisição de créditos federais, para a compensação de impostos gerados a partir da folha de pagamento (INSS). Pelo conhecimento.*

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em conhecer a Consulta e esclarecer que é permitido à Administração Pública contratar serviço jurídico mediante inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II da Lei nº 8.666/93, quando presentes os requisitos, serviços técnicos especializados, natureza singular do objeto e notória especialização do contratado. Quanto ao segundo questionamento, que se refere à aquisição de créditos federais, o mesmo foge à competência desta Corte de Contas, nos termos da Lei 11.457/2007, que atribui à Secretaria da Receita Federal do Brasil a competência para o feito. Decidiram também os Conselheiros, em aquiescer ao adendo do Conselheiro Cezar Colares, em voto de vistas, de que a Câmara Municipal não possui capacidade jurídica para propor ação em juízo, por lhe faltar personalidade jurídica.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 09 de março de 2017.

  
Conselheira Mara Lúcia  
Presidente da Sessão

  
Conselheiro Daniel Lavareda  
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, José Carlos, Cezar Colares, Antônio José, Sérgio Leão e a Procuradora Maria Inez Gueiros. Observando-se a ausência do Conselheiro Aloísio Chaves na sessão de prolação do voto de vistas do Conselheiro Cezar colares.





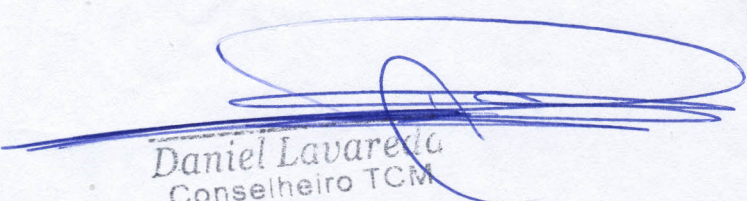
ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO :  
PROCESSO Nº : 201414037-00  
ASSUNTO : CONSULTA  
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA  
INTERESSADO : A. C. VICENTE JÚNIOR

RELATÓRIO.

Trata-se de consulta formulada pela Câmara Municipal de Marituba, através de sua consultoria administrativa, solicitando a manifestação desta Corte de Contas quanto a possibilidade de contratação de serviço jurídico via o uso da modalidade de inexigibilidade de licitação para a aquisição de créditos federais, para a compensação de impostos gerados a partir da folha de pagamento (INSS).

É o relatório.

  
Daniel Lavareda  
Conselheiro TCM





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO :  
PROCESSO Nº : 201414037-00  
ASSUNTO : CONSULTA  
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA  
INTERESSADO : A. C. VICENTE JÚNIOR

PARECER

Preliminarmente, cumpre salientar que a presente consulta não poderia ser analisada por esta Corte de Contas, vez que a mesma apesar de ser formulada por autoridade competente, traz em seu bojo à análise de caso concreto não se enquadrando nas formalidades insculpidas pelo artigo 1º, inciso XV, do Regimento Interno.

Não obstante, constato que a matéria trazida a baila mostra-se relevante e de total interesse público, no que tange ao tema; *“possibilidade de contratação de serviço jurídico via o uso da modalidade de inexigibilidade de licitação”* razão pela qual, a conheço e a respondo em parte nos termos do art. 300, § 2º do Regimento Interno desta Corte de Contas, com a observação de que a deliberação não deva constituir prejudgado de fato ou caso concreto.

Passando a análise da consulta, é cediço no ordenamento jurídico pátrio, que a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório decorre da exigência constitucional insculpida no art. 37, XXI, e infra constitucional através da Lei nº 8666/93, a quando da necessidade da Administração Pública em contratar obras e serviços, a fim de que se assegure a igualdade de condições entre os concorrentes e, por conseguinte, propicie uma contratação mais vantajosa para o contratante.

Com efeito, no que tange ao questionamento do consulente, qual seja, *“possibilidade de contratação de serviço jurídico via o uso da modalidade de inexigibilidade de licitação para a aquisição de créditos federais”*, referida matéria é tratada no art. 25, II, § 1º da Lei nº 8.666/93, com as seguintes redações:

“Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - ...

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

“§1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior,





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO :  
PROCESSO Nº : 201414037-00  
ASSUNTO : CONSULTA  
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA  
INTERESSADO : A. C. VICENTE JÚNIOR

estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado”.

O artigo 13 da Lei nº 8666/93<sup>1</sup>, a que faz remissão o transcrito no art. 25, enumera entre seus incisos, os serviços técnicos profissionais especializados que ensejariam a contratação mediante o uso da modalidade de inexigibilidade de licitação, dentre o qual se insere, a *contratação de serviço jurídico para a aquisição de créditos federais*.

Nesse passo depreende-se que a inexigibilidade de licitar, ocorrerá quando for inviável a competição entre os potenciais interessados, dada a singularidade do serviço técnico a ser contratado com profissional de notória especialização.

Nesse sentido é o magistério de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO<sup>2</sup>, que ao discorrer sobre a matéria, assim asseverou:

“Em suma: a singularidade é relevante e um serviço deve ser havido como singular quando nele tem de interferir, como requisito de satisfatório atendimento da necessidade administrativa, um componente criativo de seu autor, envolvendo o estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual, artística, ou a argúcia de quem o executa, atributos, estes, que são precisamente os que a Administração reputa convenientes e necessita para a satisfação do interesse público em causa.

(...)

É natural, pois, que, em situações deste gênero, a eleição do eventual contratado - a ser obrigatoriamente escolhido entre os sujeitos de reconhecida competência na matéria - recaia em profissional ou empresa cujos desempenhos despertem no contratante a convicção de que, para cada caso, serão presumivelmente mais indicados do que os de outros, despertando-lhe a confiança de que produzirá a

<sup>1</sup> Art. 13 -

<sup>2</sup> Curso de Direito Administrativo, ed. Malheiros, 12ª ed., p. 468





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

**RESOLUÇÃO** :  
**PROCESSO N°** : 201414037-00  
**ASSUNTO** : CONSULTA  
**ÓRGÃO** : CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA  
**INTERESSADO** : A. C. VICENTE JÚNIOR

atividade mais adequada para o caso.”

Na mesma linha de raciocínio é o magistério de EROS ROBERTO GRAU em sua obra In Licitação e Contrato Administrativo<sup>3</sup>, senão vejamos:

“Isso enfatizado, retomo o fio de minha exposição para salientar, ainda, que, ser singular o serviço, isso não significa seja ele - em gênero - o único. Outros podem realizá-lo, embora não possam fazê-lo do mesmo modo, com o mesmo estilo e com o mesmo grau de confiabilidade de determinado profissional ou de determinada empresa.

Logo, é certo que os serviços de que cuidamos jamais assumem a qualificação de únicos.

Único é, exclusivamente - e isso é inferido em um momento posterior ao da caracterização de sua singularidade -, o profissional ou empresa, dotado de notória especialização, que deverá prestá-lo.

Porque são singulares, a competição ( competição aferível mediante licitação, segundo as regras do julgamento objetivo) é inviável, nada obstante mais de um profissional ou empresa possam prestá-los. Mas, como devem ser contratados com o profissional ou empresa dotados de notória especialização e incumbe à Administração inferir qual desses profissionais ou empresas prestará, em relação a cada um deles, o trabalho que, essencial e indiscutivelmente, é (será) o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, neste segundo momento, quando a Administração inferir o quanto lhe incumbe, caracterizar-se-á não a unicidade do serviço, porém a unicidade do trabalho de determinado profissional ou empresa, justamente o que deve ser contratado para a prestação do serviço.”

Do exposto, se depreende que a Administração Pública ao considerar que o serviço a ser contratado possui uma natureza singular, poderá fazer uso de seu poder discricionário para escolher de forma justificada, o profissional que irá executá-lo em razão de sua notória especialização e do grau de confiança que nele deposita.

<sup>3</sup> In Licitação e Contrato Administrativo. Editora. Malheiros, 1995, pp. 72/73.





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO :  
PROCESSO Nº : 201414037-00  
ASSUNTO : CONSULTA  
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA  
INTERESSADO : A. C. VICENTE JÚNIOR

No caso em epígrafe, não restam dúvidas que por se tratar de uma área de conhecimento científico altamente especializada, é juridicamente possível admitir-se que a singularidade do trabalho a ser desenvolvido seja relevante para o contratante.

Aliás, foi o posicionamento adotado pela Suprema Corte Pátria, o julgamento do RE n. 466.705, 1º Turma, senão vejamos:

“Trata-se da contratação de serviços de advogado, definidos pela lei como “serviços técnicos profissionais especializados”, isto é, serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. É isso, exatamente isso, o que diz o direito positivo.

Vale dizer: nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo; logo, a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo – é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do “trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato” (cf. o parágrafo 1º do artigo 25 da Lei n. 8.666/93). Ademais, a licitação desatenderia ao interesse público na medida em que sujeitaria a Administração a contratar com quem, embora vencedor na licitação, segundo a ponderação de critérios objetivos, dela não merecesse o mais elevado grau de confiança.”

Oportuno ainda referendar as duas oportunidades em que esta Corte de Contas tratou da matéria em questão. A primeira por ocasião da análise dos autos do processo nº 201109886-00, com relatoria do Conselheiro Aluísio Chaves, cujo trechos do voto transcrevo, como forma de subsidiar o presente parecer:

*“é de lembrar que, que por ocasião do julgamento do processo nº 2007.18438-00, do ano de 2007, oriundo do município de Paragominas, tratando de matéria semelhante, tive a oportunidade e discorrer, em sede de voto vencedor dissidente do voto condutor – este da lavra do então Conselheiro Alcides Alcântara – sobre as principais e mais atualizadas linhas jurídicas-doutrinárias e jurisprudências aplicáveis ao tema, o que resultou na mudança de paradigmas de orientação*

Daniel Lavareda  
Conselheiro TCM





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO :  
PROCESSO Nº : 201414037-00  
ASSUNTO : CONSULTA  
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA  
INTERESSADO : A. C. VICENTE JÚNIOR

*deste plenário do TCM/PA, quanto aos julgamentos dessa modalidade de contratação anômala, pela Administração Pública.*

*Naquela oportunidade, dissertei lembrando que os Tribunais Superiores Nacionais, tem decidido cadenciadamente, que a natureza singular do serviço contratado, para justificara inexigibilidade de licitação, é própria dos serviços advocatícios como espécie, eis que tais serviços, por serem genuinamente intuito personae, não podem ser validados por critérios objetivos de menor, ou melhor, preço.*

*Cada serviço advocatício se dirige a tratar de uma situação singular específica, presente em determinado tipo de interesse público em especificados processos, sejam jurisdicionais ou administrativos.*

*(...)*

*Essa alternativa de encontrar, ou não, singularidade em determinado objeto, cabe ao administrador da coisa pública, no exercício do “critério discricionário para realizar a escolha mais compatível com seus desideratos”.*

*Da mesma forma como seria jurídica e logicamente desarrazoado se aceitar como sendo obrigação dos integrantes deste TCM/Pará emitir juízo de valor sobre a capacidade profissional deste ou daquele advogado, para justificar a aprovação, ou não, de uma **contratação por inexigência ou dispensa da licitação**, que o gestor da coisa, usando de seu critério discricionário, entendeu por bem deferir ao contratado.*

*Contrata-se como advogado um profissional em quem se **confia** o suficiente para, não apenas entregar-lhe as confidências próprias de qualquer cliente, - sejam eles **públicos ou privados** – como, de igual modo depositar neles a **confiança** suficiente e indispensável para, a partir da entrada da causa, acreditar que o profissional escolhido satisfará a aspiração de sucesso embutida na pretensão judicial ou administrativa deduzida.”*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO :  
PROCESSO Nº : 201414037-00  
ASSUNTO : CONSULTA  
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA  
INTERESSADO : A. C. VICENTE JÚNIOR

A segunda, por ocasião da análise dos autos do processo nº 201403692-00 (Resolução 11.495), com relatoria da Conselheira Mara Barbalho, cuja ementa transcrevo abaixo:

**“EMENTA: Consulta. Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás. Contratação de assessoria e consultoria contábil e jurídica mediante processo de inexigibilidade de licitação. Possibilidade. Inteligência do art. 25, II da Lei Federal nº 8.666/93. Verificação dos critérios de singularidade, especialidade e confiança. Obrigatoriedade de apreciação do caso concreto.”**

Não menos importante, foi a manifestação do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, que em 23/10/2012, fez publicar no Diário Oficial da União, a Súmula nº 02/2012/COP, com o seguinte enunciado:

**“ADVOGADO. CONTRATAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.** Atendidos os requisitos do inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93, é inexigível procedimento licitatório para a contratação de serviços advocatícios pela Administração Pública, dada a singularidade da atividade, a notória especialização e a inviabilização objetiva de competição, sendo inaplicável à espécie o disposto no art. 89 (*in totum*) do referido diploma legal.”

Do exposto, depreende-se que é permitido à Administração Pública contratar serviço jurídico mediante inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II da Lei nº 8.666/93, quando presentes os requisitos, serviços técnicos especializado, natureza singular do objeto e notória especialização do contratado.

Por fim, quanto ao segundo questionamento referente a possibilidade de “aquisição de créditos federais para compensação de impostos gerados através da folha de pagamento, onde referidos créditos adquiridos seriam derivados de CNPJ diverso do consulente, constato que a matéria trazida a baila, além de representar análise de caso concreto, foge da competência desta Corte de Contas, nos termos da Lei nº 11.457/2007, que atribui à Secretaria da Receita Federal do Brasil, a competência para





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

**RESOLUÇÃO** :  
**PROCESSO Nº** : 201414037-00  
**ASSUNTO** : CONSULTA  
**ÓRGÃO** : CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA  
**INTERESSADO** : A. C. VICENTE JÚNIOR

o feito.

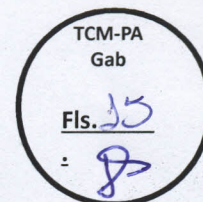
Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.  
Belém, 18 de setembro de 2014.

  
**Luís Daniel Lavareda Reis Júnior**  
**Conselheiro**





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES  
**PROCESSO Nº 201414037-00**



1

PROCESSO:	201414037-00
MUNICÍPIO:	MARITUBA
ÓRGÃO:	Câmara Municipal – Exercício 2014
ASSUNTO:	Consulta
RESPONSÁVEL:	A. C. VICENTE JÚNIOR
REL. ORIGINÁRIO:	Conselheiro DANIEL LAVAREDA
VOTO VISTA:	Conselheiro CEZAR COLARES

### VOTO VISTA

Trata os autos de CONSULTA formulada pela Câmara Municipal de Marituba, através da consultoria administrativa, requerendo posicionamento deste Tribunal quanto a possibilidade de contratação de serviço jurídico através da modalidade de inexigibilidade de licitação para AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS FEDERAIS, para compensação de impostos a partir da folha de pagamento (INSS).

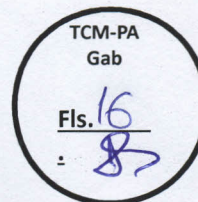
O ilustre Cons. Relator, preliminarmente, ressaltou tal consulta não deveria ser analisada por este Tribunal, no que pese estar formulada por autoridade competente, por trazer em seu conteúdo análise de caso concreto, não prevista nas hipóteses inculpidas no art. 1º, XV, do RITCM/PA. No entanto, por se tratar de matéria que se mostra relevante e de total *interesse público*, resolveu conhecer e responder em parte, nos termos como previsto no art. 300, §2º, do mesmo diploma legal, observando que a deliberação não deva constituir prejulgado de fato ou caso concreto.

Discorreu sobre o assunto, fundamentando que a obrigatoriedade de promover procedimento licitatório é decorrente de determinação constitucional, conforme prescrito no art. 37, XXI, e infraconstitucional através da Lei Federal nº 8.666/1993,





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES  
PROCESSO Nº 201414037-00



2

de que trata da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, com o fim de assegurar igualdade de condições entre os concorrentes. Para enriquecer a tese, citou disposições legais, jurisprudências e lições dos mais renomados autores, sobre a matéria.

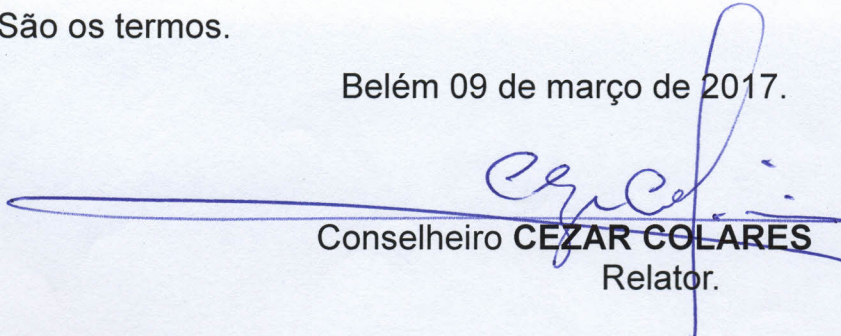
Concluiu aduzindo ser permitido que a Administração Pública possa contratar serviço jurídico mediante a modalidade de inexigibilidade de licitação, conforme autoriza o art. 25, II, da Lei nº 8.666/1993, desde que estejam presentes os requisitos, serviços técnicos especializados, de natureza singular do objeto e notória especialização do contrato.

Ao final, quanto a possibilidade de AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS FEDERAIS, para compensação de impostos gerados através da folha de pagamento em que os referidos créditos adquiridos seriam derivados de CNPJ diverso do consulente. Que a matéria, além de representar análise de caso concreto, foge a competência desta Corte de Contas, nos termos como definidos pela Lei nº 11.457/2007, que atribui à Secretaria da Receita Federal do Brasil. FORAM OS TERMOS DA RESPOSTA À CONSULTA.

Feitas as considerações, do mesmo modo, **acompanho** integralmente o posicionamento do Ilustre Relator Cons. DANIEL LAVAREDA, **sugerindo** adendo para fazer constar de sua decisão que à Câmara Municipal não possui capacidade jurídica para propor qualquer ação em juízo, por lhe faltar personalidade jurídica, o que foi aceito.

São os termos.

Belém 09 de março de 2017.

  
Conselheiro **CEZAR COLARES**  
Relator.